

**RECADASTRAMENTO ANUAL
TRADUTOR E INTÉRPRETE PÚBLICO**

Senhor Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro,

*Nome Completo: _____ *Estado Civil: _____
*Nacionalidade: _____ *Data de Nascimento: _____ *Sexo: _____
*Nº CPF: _____ *Nº RG: _____ *Data Exp.: _____
*Nº de Matrícula: _____

Eu, devidamente acima qualificado, venho – nos termos do art. 43 da Instrução Normativa DREI nº 52/2022 – **protocolar meu recadastramento como Tradutor e Intérprete Público.**

**DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA
(art. 1º, da Lei Federal nº 7.115/1983)**

*Logradouro: _____ *Nº.: _____ Complemento: _____
*Bairro: _____ *Cidade: _____ *UF: _____ *CEP: _____
Telefone: _____ *Celular: _____ *E-mail: _____

**DADOS PROFISSIONAIS
(art. 43, §1º da Instrução Normativa DREI nº 52/2022)**

*Logradouro: _____ *Nº.: _____ Complemento: _____
Marque se **NÃO** deseja que o () número e () complemento sejam divulgados no site da JUCERJA.
*Bairro: _____ *Cidade: _____ *UF: _____ *CEP: _____
Telefone: _____ *Celular: _____ *E-mail: _____
Website: _____
*Idioma/Língua Habilitado (a): _____
*Forma de Habilitação: _____

*Possui Sociedade Limitada com um Sócio (Unipessoal), é Empresário Individual ou participa em outras pessoas jurídicas: () Sim () Não

Caso sim, informar nº CNPJ: _____

*Os campos sinalizados com * são de preenchimento obrigatório.*

DECLARAÇÃO DE ADERÊNCIA
(art. 43 da Instrução Normativa DREI nº 52/2022)

Com fulcro no princípio da boa-fé e sob as penas da lei, declaro, para todos os fins de direito, que não me enquadro em quaisquer das hipóteses de inelegibilidade previstas no art. 1º, inciso I, alínea "e", da Lei Complementar n.º 64/1990, que não sofreu penalidade de cassação nos termos do art. 10, inciso VII da Instrução Normativa DREI nº 52/2022, atestando, outrossim, possuir capacidade legal para o exercício de todas as atividades inerentes à profissão de Tradutor e Intérprete Público, em estrita observância à legislação brasileira aplicável, estando plenamente ciente de que eventual inexatidão ou falsidade nesta declaração implicará a conduta tipificada no art. 299 do Código Penal (falsidade ideológica), ensejando a instauração de processo administrativo, sem prejuízo da responsabilização nas esferas cível e criminal.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

_____, _____ de _____ de 20____

Assinatura